

Sinal amarelo



Por **JOSÉ DIRCEU***

Não se pode cometer o erro de atribuir apenas à comunicação a responsabilidade pela queda de popularidade do governo; seria o mesmo que tapar o sol com a peneira

Há meses começaram a surgir sinais de falta de sintonia entre as realizações do governo e os avanços conseguidos em quase 15 meses deste novo mandato do presidente Lula, sobretudo na percepção da população em relação às suas condições de vida, ao seu bem-estar e à segurança. As mais recentes pesquisas indicaram que a queda na avaliação do governo começou já em agosto do ano passado, inclusive no Nordeste, e segue em curva descendente. Por que isso está ocorrendo e é motivo de preocupação, se há sinais claros de melhoria na economia, no emprego, na recuperação dos programas sociais tão necessários e caros à população, como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida?

Não existem respostas simples, mas há uma percepção de que o governo está perdendo a batalha da narrativa e da comunicação. Que sua política de comunicação falha em dois movimentos. O primeiro: não faz a disputa diária frente ao noticiário da mídia corporativa para esclarecer seus pontos de vista e decisões. Já o segundo é igualmente grave: não consegue furar o bloqueio das bolhas de extrema-direita das mídias sociais que continuam alimentando seus seguidores com uma realidade paralela de notícias falsas que vão de temas como família, saúde, vacina e aborto até questões de segurança pública e educação. Mas não se pode cometer o erro inverso de atribuir à comunicação a responsabilidade pela queda de popularidade do governo; seria o mesmo que tapar o sol com a peneira.

É preciso fazer um balanço das políticas e programas retomados neste terceiro governo Lula em áreas que as pesquisas expressam como sensíveis para o eleitor – saúde e segurança pública, emprego e renda –, que precisam de acompanhamento e coordenação. Não se trata só de controle de execução, mas da expressão política das metas do governo e das ações para que sejam concretizadas no Parlamento e junto aos partidos aliados e à nossa base social. No momento e ciclo político que vivemos – o desafio de uma aliança com a centro-direita, de um lado, e a oposição sem trégua da extrema-direita, de outro –, a articulação política ganha nova dimensão. E a capacidade de entrega do governo precisa ser fortalecida.

É fato que existem fatores econômicos influenciando o estado de espírito e as avaliações dos cidadãos. Há uma percepção de que os preços estão elevados no supermercado. E o mais importante, existem também fatores políticos e ideológicos que corroem a credibilidade do governo em decorrência de divisões que estão consolidadas na sociedade, ou interesses de classe e visões sobre nosso modo de vida, nossas relações familiares, nossa religião.

Assim como se vê em outros países, em amplos setores da sociedade brasileira há um sentimento de abandono pelo Estado, de perda de status social e de descrença no futuro. A questão religiosa e familiar e o conservadorismo fortalecem e unificam esses setores sociais que se opõem às radicais mudanças do mundo globalizado, onde o capital financeiro predomina e a concentração de renda é a regra – concentração esta que desarticulou o Estado de Bem-Estar social. Ainda assim há uma agenda que reconhece a igualdade de gênero e raça, a defesa do meio ambiente, a diversidade

a terra é redonda

LGBTQIAPN+, e se opõe ao avanço da extrema-direita xenófoba, homofóbica e autoritária.

Temos de reconhecer o esforço do terceiro governo Lula, desde que o presidente tomou posse em 2023. Superou o apagão na administração federal que o bolsonarismo fez para sabotar a transição, enfrentou o golpe de 8 de janeiro (que, na verdade, começou no dia da diplomação de Lula, em 12 de dezembro de 2022), conseguiu implementar a PEC da Transição e retomar praticamente todos os programas sociais relevantes, controlou a inflação, retomou o crescimento do emprego e renda (embora os salários ainda estejam baixos) e recolocou o Brasil como protagonista no mundo.

Na contramão dos avanços, existem variáveis que o governo e Lula não controlam: os juros altos, principal causa do déficit primário e aumento da dívida pública, um Congresso com maioria da direita, e os efeitos da queda do preço das commodities. O El Niño, a entressafra, os preços administrados – luz, água, telefone, gás, transportes – e a alta das mensalidades escolares e dos preços de alimentos e hortifrutigranjeiros indicam a necessidade de o país ter segurança alimentar não apenas na produção, mas em estoques e reservas dos produtos básicos, como arroz, feijão, óleo, mandioca e outros, para evitar a alta sazonal ou a elevação de preços no mercado internacional. Isso dará segurança para o produtor e permitirá regular o abastecimento interno para atenuar as oscilações.

As pesquisas indicam as principais demandas vindas de diferentes setores sociais, base do voto em Jair Bolsonaro. É o caso das mulheres evangélicas, que demandam um programa de educação integral, já anunciado pelo governo, assim como a bolsa Pé de Meia, tanto para manter os filhos na escola durante todo o dia como para um ensino mais atraente e com aprendizagem efetiva. Os jovens, onde temos perdido apoio, correm atrás do emprego ou de crédito, como é o caso dos empregados dos aplicativos. Os idosos querem cuidados e remédios baratos. Há uma enorme preocupação da população, especialmente das periferias, de ter mais segurança pública. A resposta não está na matança da Rota em São Paulo nem nas execuções das milícias no Rio de Janeiro, e sim num sistema articulado que dê garantias ao cidadão de que ele está protegido contra os bandidos. Temos de acabar com a percepção de que o crime compensa e que o Estado é conveniente com os marginais.

Sem alarmismo, mas com responsabilidade, devemos avaliar nossa relação com as forças políticas, lideranças e setores sociais que votaram contra Bolsonaro e em Lula, numa perspectiva de defesa da democracia e de um programa que na campanha nos reuniu e nos deu a vitória. Essa aliança e esse diálogo têm de estar presentes no governo e na sua comunicação, sob pena de perdemos esse eleitor cidadão que nos deu a vitória. É preciso, em linguagem direta, uma transmissão entre a linha da campanha e a do governo, na comunicação e nas alianças políticas. Nos discursos e nos atos do governo.

Governo é uma construção coletiva e sua relação interna e externa no Parlamento, nas demais instituições e na sociedade precisam expressar as alianças, inclusive no partido do presidente, o PT, que não pode se apresentar como uma voz discordante do governo sob pena de pagar um preço político alto. Um governo sem núcleo dirigente e sem equipe, que só depende do líder, do presidente, seguramente tem seus limites e custos.

Manter a chamada polarização com o bolsonarismo tem um preço. É preciso ter cuidado para não ficarmos presos às bolhas do nosso eleitorado contra o dele. Vencemos porque conquistamos o apoio de cidadãos não petistas, progressistas, democratas. Temos de aprofundar essa aliança.

Um dos grandes desafios do governo Lula está no fato de que, em 2024, não estarão presentes as variáveis de 2023: a expansão do consumo das famílias, o crescimento do setor agropecuário, a elevação dos gastos públicos em 7% graças à PEC da Transição, a supersafra agrícola e as condições climáticas, o aumento do salário mínimo em 7,4%, a queda da inflação dos alimentos; todos esses são fatores que impactaram a renda para cima exatamente dos setores onde os alimentos têm um peso maior.

Em 2024, dificilmente haverá a mesma expansão de gastos do governo ou aumento do salário mínimo. Ainda que, pelos dados do primeiro bimestre, o crescimento seja maior e haja uma janela para um aumento dos investimentos públicos.

a terra é redonda

Também já vemos os preços dos alimentos pressionarem a taxa de inflação, o que levou o Presidente a cobrar de seus ministros da área medidas para o aumento da produção e para formação de estoques e reservas de alimentos básicos.

Além de uma preocupação importante: o crédito está limitado pelos altos juros mantidos pelo Banco Central, daí as queixas diárias do presidente Lula, e pelos altíssimos spreads bancários. Somados, geram freiam à expansão do crédito. Restam então os investimentos públicos e as estatais, também dependentes do crescimento da receita, da segunda fase da reforma tributária sobre a renda e dos dividendos e da queda dos juros, ou de uma mudança na governança e nos seus objetivos estratégicos dos bancos públicos, a que a oposição liberal e bolsonarista se opõem.

Nesse cenário, nunca foram tão importantes a unidade do governo com sua base de apoio de centro-esquerda e a mobilização social para sustentar as mudanças necessárias para superar esses desafios reais e disputar a narrativa das razões que impedem o país de crescer e distribuir renda. O desafio é um só: fazer a economia crescer.

Por fim, chegou a hora de Lula, nosso presidente, ir ao encontro do povo. Ele precisa percorrer o Brasil, sair às ruas, por uma única razão: o maior e o melhor comunicador chama-se Luiz Inácio Lula da Silva.

**José Dirceu foi ministro-chefe da Casa Civil no primeiro governo Lula (2003-2005), presidente nacional do Partido dos Trabalhadores e deputado federal por São Paulo. Autor, entre outros livros, de Memórias – vol. 1 (Geração editorial).*
[<https://amzn.to/3x3kpxl>]

Publicado originalmente no site [Opera Mundi](#).

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)